

A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO INFERENCIAL SOB O PRISMA DA INTERFACE SEMÂNTICA/PRAGMÁTICA

Aline Aver Vanin¹

aline.vanin@ymail.com

RESUMO: Este ensaio trata da importância de se analisar a construção do significado nas interações comunicativas cotidianas com base na noção de inferência. Para tanto, considera-se que esse objeto de estudo mereça uma interpretação sob a perspectiva de uma interface entre as disciplinas de Semântica e de Pragmática, as quais oferecem base para uma compreensão proposicional e contextual. Assim, discorre-se sobre o papel dessa interface na busca pelo sentido, além de se abordar o processamento inferencial da informação, o qual é considerado, ao mesmo tempo, dedutivo, indutivo e abdutivo.

PALAVRAS-CHAVE: interface; semântica; pragmática; inferências; contexto.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Este ensaio tem como propósito mostrar a importância do estudo do significado em Linguagem Natural através de uma perspectiva de interfaces, na qual a aproximação de aspectos de áreas que se comunicam, em razão de um ponto em comum, é bem recebida. Assim, por se acreditar que as disciplinas de Semântica e Pragmática são complementares no que se refere à compreensão de enunciados cotidianos, entende-se que o significado só pode ser construído devido ao compartilhar de aspectos fundamentais dessas duas áreas. Isso significa dizer que, além de visualizar o significado em sua forma proposicional – papel da Semântica –, admite-se a sua construção com o auxílio das informações provenientes do contexto – influenciado pela Pragmática. Tal aproximação pode ocorrer porque se percebe o sentido como algo formado em decorrência do ato comunicativo.

Neste texto, assume-se a perspectiva de interfaces a partir da metodologia proposta por Campos (2007) e pretende-se explicitar o caminho percorrido por filósofos da linguagem

¹ Doutoranda em Linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

na busca do que é o significado. Esse é visto sob o prisma da interface Semântica/Pragmática e, mais especificamente, pela noção de inferência, a qual será discutida ao final desta trajetória.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERFACES

O estudo do significado, compreendido neste texto como o dito além do dito (GRICE, 1975), pode ter várias abordagens, dependendo do ponto de vista assumido. O significado não é exclusivo da realidade, e faz interfaces com diversas áreas. Desse modo, Campos (2007) defende que duas ou mais áreas podem ser analisadas, juntas, sob a perspectiva de uma Teoria de Interfaces, na qual a Linguística se aproxima metateoricamente das áreas da Comunicação, da Computação, da Cognição, por exemplo. Seria, então, possível trabalhar com questões de significação tendo em mente que essas se constituiriam através de um conjunto de propriedades determinadas por suas relações interdisciplinares – nas quais se capta a generalidade de um fenômeno – e também pela análise de sua constituição interna, numa relação intradisciplinar – com a conexão entre Morfologia e Sintaxe, Fonologia e Semântica, Semântica e Pragmática, por exemplo. Assim, os contextos inter e intradisciplinar constituiriam a Teoria das Interfaces, em que ambos os conjuntos de relações são interdependentes: “[a] interdisciplinaridade e a intradisciplinaridade são construídas de forma cientificamente interativa” (CAMPOS, 2007: 347). A interface com a comunicação e com a cognição, Semântica e Pragmática, representa o significado parcial, ou complementar, para explicar como esse se constrói em Linguagem Natural, visto que tais áreas colaboram mutuamente na formação dele.

A Semântica é o fundamento para se compreender como ocorre o processo interpretativo dos seres humanos, posto que quaisquer pensamentos inferenciais surgidos a partir da interação comunicativa se iniciam a partir da proposição. Contudo, sendo livre de contexto e por fazer interface com áreas formais, tem limitações. Por isso, o estudo do significado em linguagem natural requer também a compreensão dos princípios pragmáticos inerentes ao processo comunicativo.

A partir dessas questões, pretende-se abordar a forma pela qual a Semântica e a Pragmática tratam fatos linguísticos ligados a um contexto conversacional. Para tanto, será exposto a seguir um breve percurso histórico acerca dos estudos do significado a partir de conceitos da Semântica Formal até a necessidade dessa interação com a Pragmática como

uma abordagem relacionada especificamente ao significado de um enunciado ligado a contextos específicos. Isso se faz necessário porque se percebe a existência de aspectos do significado difíceis de limitar: ao estudar a linguagem natural, ultrapassa-se a barreira das condições-de-verdade da proposição por consequência daquilo que está além do enunciado. A influência do contexto, as intenções do falante e as inferências provocadas pelo enunciado desafiam a noção de significado prevista pelos semanticistas, criando-se a necessidade da Pragmática como uma tentativa de resolver tais questões. Por essa razão, a análise de fenômenos linguísticos sob a perspectiva dessa conexão garante uma explicação para a grande diversidade de sentidos em uma mesma palavra ou enunciado.

2.1 A INTERFACE SEMÂNTICA/PRAGMÁTICA

Nesta seção, discutir-se-á o objeto de estudo da Semântica e da Pragmática. Acredita-se que não se trata de objetos distintos, posto que, numa perspectiva de interfaces, deve-se pensar o significado de maneira uniforme, na qual as condições-de-verdade e a relevância de fatores extralinguísticos se unem para determiná-lo.

Pires de Oliveira e Basso (2007) afirmam que há distinção *de natureza* do objeto semântico e do pragmático. O objeto semântico é previsível, num cálculo sempre válido, enquanto o pragmático só pode ser determinado *a posteriori*, não sendo possível determinar seu resultado sem que haja uma combinação de outros fatores, como o contexto e o uso decorrente desse. Stalnaker (1999) aponta o contexto como fator determinante para separar a Pragmática e a Semântica: a primeira mobiliza o contexto para determinar a significação dos enunciados, enquanto a segunda não tem dependência desse aspecto. Na perspectiva adotada aqui, em enunciados cotidianos a noção de contexto é acrescentada a fim de eliminar quaisquer ambiguidades das sentenças. Contudo, Levinson (1983) ressalta que não há uma definição clara de contexto, justamente por haver um *contexto-dependente*, relacionado às produções de fala realizadas pelo falante a cada momento, e um *contexto-independente*, que faria parte do sistema interno de cada indivíduo. Mesmo assim, é difícil reunir esses dois conceitos para construir uma noção unificada de contexto, sendo necessário especificar qual a perspectiva assumida.

Para Levinson (1983), a Pragmática deveria se ocupar com as questões de significado que escapam à Semântica. De acordo com Yule (1996), Semântica é o estudo das relações entre formas linguísticas e entidades no mundo; ou seja, como as palavras literalmente se conectam com as coisas. Sabe-se que essa área trata da interpretação expressa por condições-

de-verdade das proposições expressas em enunciados. Essas geralmente correspondem ao significado básico literal de uma oração simples e que é convencionalmente representado por letras como P , Q e R , variáveis proposicionais. Dessa forma, $P \& Q$, unidos pelo conector lógico $\&$, poderiam corresponder a uma série de enunciados diversos, tal como “O gato pulou da árvore e Pedro o observou”, em que P refere-se a “O gato pulou da árvore” e Q , a “Pedro o observou”. Se P é verdadeiro e Q é verdadeiro, então a forma $P \& Q$ é válida. Ainda assim, a sentença será verdadeira se e somente se um gato pulou de uma árvore e, também, que há um homem que se chama Pedro que faz a ação de observar o felino mencionado. Nesse caso, “[o] significado de uma sentença traça (...) um esboço daquela porção de mundo em que a sentença pode ser verdadeira (...)” (PIRES DE OLIVEIRA, 2003: 358 – grifo da autora). Aqui, o significado é compreendido como uma divisão do mundo em duas porções: a perspectiva entre aquilo que é verdadeiro e o que é falso.

Contudo, na linguagem cotidiana, $P \& Q$ nem sempre servem para descrever fatos. Intuitivamente, tem-se uma tendência de interpretar a conjunção ‘e’ não como o conector lógico ‘&’, mas como a sequência ‘e então’. Assim, “Pedro o observou e o gato pulou da árvore” não segue a mesma sequência temporal do primeiro enunciado. Esse é um exemplo de como muito mais pode ser comunicado do que é dito. Por isso, a Semântica, sozinha, teria problemas em tratar dessas questões, visto que o sentido implícito dos enunciados não é tratável pela lógica, justamente por ser maleável conforme o conteúdo e, na maioria das vezes, pelo contexto. Assim sendo, a linguagem natural se torna produtiva devido à recursividade que pode existir em razão de uma mudança contextual.

A tarefa da Semântica é definida por determinar as condições-de-verdade de uma sentença, posição essa defendida por Gazdar (1979), que define a Pragmática como o sentido menos as condições-de-verdade, as quais fariam parte dos estudos semânticos. No entanto, Pires de Oliveira e Basso (2007) entendem que o significado são as condições-de-verdade mais as condições de admissibilidade, ou seja, a proposição carrega informações sobre os contextos em que ela é aceitável.

A Semântica explicita as condições para se ter uma proposição e, uma vez que essa é determinada, as relações com outras proposições. Uma mesma sentença pode expressar diferentes proposições, e sentenças diferentes podem expressar uma mesma proposição. Além disso, é possível haver equívocos que podem ou não ser desfeitos. Uma vez determinada, ela é comparada com o mundo e avaliada como verdadeira ou falsa, entrando no campo da Pragmática, visto que o ouvinte avalia a proposição no mundo. Aliás, uma das tarefas

principais dessa disciplina é explicar como os fatores do contexto entram na determinação da proposição e como os atos linguísticos são executados.

Kempson (1977) afirma que uma teoria Semântica deve proporcionar uma explicação do significado das palavras e o significado das sentenças da linguagem. Contudo, como já referido, a Semântica baseada na verdade se restringe a explicar a natureza dessas relações. Conforme Wittgenstein (1984 [1953]), a linguagem, para fins de comunicação, não pode ser analisada livre de contexto, e critica os limites da noção de verdade da lógica para a comunicação. A Semântica tem, então, compromisso com outras áreas, já que não pode resolver, por si só, a questão da significação em linguagem natural. Por esse motivo, ao se observar o enunciado “Florianópolis é o lugar perfeito para passar as férias”, percebe-se que há uma relação pragmática que acarreta diferentes significados: há uma expectativa de que Florianópolis seja considerado um lugar excelente para passar as férias. Utiliza-se uma mesma palavra ou expressão para diferentes situações e, portanto, nesse caso, *perfeito* poderia ser substituído por *excelente* ou *ótimo*. Pode-se afirmar que o contexto dá precisão aos enunciados em linguagem natural, diminuindo a provável vaguidade deles, além de poder ser usado também em situações irônicas: se esse mesmo enunciado tivesse sido expresso por alguém que detesta Florianópolis, ele logo seria compreendido como o contrário daquilo que o falante está enunciando.

Percebe-se, então, que a riqueza da linguagem faz com que o significado seja relacionado de forma compatível com o que o falante quis dizer. A sua flexibilidade se explica por questões de economia, pois não é preciso explicitar todos os enunciados de forma literal para que se tenha um entendimento completo, além da sua dependência de contexto e da função básica de comunicação. Assim, o que está sendo comunicado não pode ser compreendido somente através da interpretação Semântica.

Para Stalnaker (1999), contexto é o conjunto de mundos aos quais pertencem as proposições como verdadeiras; esses ajudam a determinar a proposição que, cotejada ao mundo, recebe um valor de verdade e engendra um novo contexto. Segundo esse autor, informações compartilhadas entre os interlocutores em um ato comunicativo representam um conjunto de contextos. Quando uma nova sentença *n* é enunciada, ocorre uma mudança de contexto, pois *n* elimina os contextos anteriormente aceitos que são incompatíveis com *n*. Por isso, Moura (2000: 66) afirma que a fronteira entre Semântica e Pragmática é normalmente traçada a partir da noção de contexto. A significação que independe de contexto é colocada no campo da Semântica, e a significação contextualmente dependente é colocada no campo da

Pragmática. O autor aponta que não há uma definição precisa de contexto, e a divisão entre as duas áreas é bastante fluida².

Bar-Hillel (1982) avalia o papel do contexto para a determinação da referência de uma sentença, numa tentativa de definir o objeto da Pragmática. Através das sentenças:

- (1) O gelo flutua sobre a água.
- (2) Está chovendo.
- (3) Estou com fome.

o autor aponta que (1) pode ser compreendida pelo interlocutor sem dificuldades, chamando-a de *asserção*, enquanto (2) e (3), por conterem elementos indiciais que remetem a uma dependência de contexto, possuem problemas quanto à determinação do estado-de-coisas a que se referem e, portanto, problemas também na significação. Em (2), é preciso determinar *onde e quando* a sentença foi dita, enquanto em (3) é necessário saber *quando e quem* disse. Por esse motivo, a elas Bar-Hillel dá o nome de *sentenças indiciais*. Em (1), pode-se julgar a sentença como verdadeira ou falsa, mas em (2) e (3) não, visto que o contexto aqui é fundamental para a interpretação. Segundo Costa (1984), é por isso que a Pragmática estaria conectada à Semântica das condições-de-verdade. Essa é uma questão que vem desde Frege, quando elabora seu *princípio do contexto*, e é continuada pelas *Investigações filosóficas* de Wittgenstein (1984 [1953]), que examinou a importância do contexto para a significação. Em outras palavras, percebeu-se a necessidade do estudo da significação em linguagem natural dentro dos jogos de linguagem, ou seja, dentro de contextos em que uma sentença é enunciada.

Assim, a Pragmática estuda as apostas de interpretação que delineiam uma intenção do falante que se coloca *no e pelo* próprio ato de fala (na comunicação). Focaliza também a atribuição de intencionalidades (e as apostas do falante de que o intérprete vai fazer tal e qual atribuição) e os raciocínios que o falante acredita que seu interlocutor é capaz de realizar. Para Pires de Oliveira e Basso (2007), fenômenos pragmáticos podem ser caracterizados por serem não calculáveis (ou seja, não previsíveis, posição defendida por Ilari, 2000 [1997] e Chomsky, 1978), pela maneira como o contexto se apresenta em dado momento (Stalnaker, 1999) e pela cancelabilidade de raciocínio (Levinson, 1983). Os autores defendem ainda que o objeto pragmático se caracteriza pela combinação dessas características, sendo dependente de um

² No caso deste texto, contudo, o contexto será definido como uma união das informações estocadas no ambiente cognitivo e das advindas do *input* externo (linguístico e perceptivo, por exemplo). Tal noção será mais bem explicitada na seção 4.

juízo do intérprete no contexto que pode ou não ser equivocado. Já o semântico também depende desse juízo em contexto, visto que a caracterização da proposição só é possível a partir dele, mas essa ocorre com independência, porque seu objeto de estudos é a proposição que se evidencia por carregar não apenas as informações sobre as condições-de-verdade, mas também sobre as condições de admissibilidade.

Há, no domínio da Pragmática, a presença do raciocínio não lógico, em que entram no cálculo da interpretação a dedução, a indução e, principalmente, a abdução – visto ser essa última uma explicação da subjetividade do falante. Isso porque, no jogo da comunicação, as cadeias de processos inferenciais são todas baseadas em suposições³.

Contudo, uma separação enfática entre as áreas parece ser precipitada, visto que ambas são complementares. Para Levinson (2000), a análise pragmática fundamenta-se na Semântica, que fornece o significado da sentença a partir do qual é formulado o raciocínio inferencial, gerado a partir do processamento dedutivo da informação. Há, então, uma relação de dependência da Semântica, mas o mesmo autor não considera que essa é o *input* da Pragmática, porque ela também depende dessa área. Não há como determinar a proposição expressa por uma sentença, tarefa da Semântica, sem a relação de referência que se estabelece na sua menção, que é determinada pela Pragmática. Em outras palavras, a referência é Pragmática e ela é pressuposta pela Semântica. Para o mesmo autor, a Pragmática é complementar e constitutiva à Semântica; ela deve se aliar à última como uma camada de significado instável, dependente de contexto, sobre o significado fixo – via cálculos lógicos. O escopo da Pragmática deve incluir a ironia, a metáfora e o implícito, e não apenas o significado convencional das sentenças. Assim como a Semântica se estabelece no estudo das condições-de-verdade, a Pragmática seria definida em relação às condições de plausibilidade, ou adequação, estudando a competência comunicativa, a habilidade dos falantes em usar sentenças adequadas em um determinado contexto. No entanto, para Costa (1984) essa visão apresenta problemas, pois não faz uma distinção clara entre Pragmática e Sociolinguística, continua dependente de uma língua ideal, como preconizada por Chomsky, além de não ser capaz de explicar os fenômenos pragmáticos em que a quebra de regras conversacionais é um indício de que algo mais está sendo comunicado.

Montague (1974) afirma que a Pragmática deveria seguir os passos da Semântica, trabalhando com conceitos de verdade e satisfação. Essa área é vista por ele como uma disciplina formal que investiga as expressões indiciais, nas quais os valores semânticos

³ A respeito dessa questão, defender-se-á, na última seção deste texto, que o raciocínio leva em conta esses três processos inferenciais.

dependem do contexto do enunciado. Percebe-se, então, que Pragmática e Semântica se assemelham em metodologia, mas a primeira seria definida como uma disciplina que trabalha com fatores do contexto para que uma sentença indicial possa ser interpretada semanticamente. Nesse sentido, a Semântica trata, portanto, do estudo das condições-de-verdade, e a Pragmática é definida pelas condições de adequação.

Para Gazdar (1979), a Semântica deve considerar as condições-de-verdade e deixar para a Pragmática a descrição e a explicação do excesso de significado. O mesmo autor percebe que é difícil tratar da primeira separadamente, posto que o enunciado terá proposições verdadeiras ou falsas de acordo com as informações do contexto. Muitas vezes, é preciso contar com certas informações contextuais para identificar as condições-de-verdade das sentenças, como numa inversão da ordem dos fatos, na qual o significado muda, sendo necessário que se observem as informações advindas do contexto. Dessa forma, Semântica e Pragmática trabalham juntas na construção do significado, porque as condições-de-verdade são inseparáveis dos demais aspectos do enunciado. Costa (1984) também acredita que a Semântica deva trabalhar de forma conjugada com a Pragmática, tendo em vista que os aspectos significativos diversos na constituição de um enunciado não se separam no estabelecimento das condições-de-verdade. “O conteúdo semântico parece ser a base sobre a qual outras manifestações do sentido ocorrem”⁴ (LEVINSON, 1983). Por isso, a Pragmática não é autônoma, e tem uma forte base na Semântica. Pode-se dizer, então, que a Semântica como uma disciplina das condições-de-verdade e a Pragmática, das condições comunicativas dos enunciados, são disciplinas dependentes, constitutivas uma da outra na determinação do significado. A interação dessas intradisciplinas vem a ser, portanto, uma solução para os problemas de significação em linguagem natural, sendo essa a abordagem adotada neste texto.

Tendo em vista a complementaridade das áreas aqui expostas, na próxima seção discorrer-se-á acerca da maneira como se delineou a construção do sentido nas relações comunicativas tal como hoje é vista: um processo cognitivo-inferencial com base na interação humana.

3. A BUSCA PELA DEFINIÇÃO DO SIGNIFICADO

Por um longo período nos estudos da Filosofia, houve interesse nos sistemas formais de análise derivados, na maioria das vezes, da Lógica e da Matemática. A ênfase se dava na

⁴ As traduções feitas neste texto são da autora.

descoberta dos princípios abstratos, potencialmente universais, no âmago da linguagem. Interessavam a descrição e o significado de enunciados, mas sem a preocupação quanto a com quem e como esses eram pronunciados.

Frege (2002 [1892]) visa solucionar os problemas filosóficos através da Lógica. Até então, pensava-se que o sentido seria nulo se não se estabelecesse uma relação do dito com a coisa referida. A tese fundamental desse filósofo é a de que as expressões que denotam um só objeto – um indivíduo – pressupõem a sua existência. Ao enunciar: “O pintor de *Girassóis* cortou uma orelha” e “Van Gogh cortou uma orelha”, pressupõe-se que há um indivíduo que cortou uma orelha ou que há um indivíduo chamado Van Gogh. Os dois enunciados pressupõem que Van Gogh, o pintor que cortou uma orelha, existe. O que torna as duas sentenças distintas é o sentido delas, já que ambas têm a mesma referência. O significado delas é diferente, já que o sentido (o caminho para chegar à referência) não é o mesmo. Portanto, para Frege, referir a algo difere de falar significativamente. Assim, o autor vê a linguagem formal como uma correção dos limites da linguagem natural.

Dessa forma, é perfeitamente possível falar acerca de algo sem que se precise necessariamente referir-se a ele, ou seja, sem que esse algo precise, de algum modo, existir. A linguagem é um meio de comunicação e de conhecimento, já que possibilita a transmissão e a compreensão do sentido sem precisar recorrer à referência. Todo objeto contém não só aquilo a que ele refere ou significa, mas também o sentido, que é o modo de designação, o modo como algo é apresentado pela linguagem e que passa a ter aceitação comum, dadas as características públicas da linguagem.

Segundo Araújo (2004), há dois sentidos distintos nas expressões ‘Estrela da Manhã’ e ‘Estrela da Tarde’; já a referência é uma só, o planeta Vênus. A autora demonstra que se pode “conhecer ou compreender o sentido, qual seja, o total de designações de um nome próprio, mas a referência só pode ser conhecida mediatamente, pois dificilmente um nome possui ou carrega toda a referência de que é capaz” (ARAÚJO, 2004: 65). A estabilidade da referência não assegura que o sentido da expressão permaneça o mesmo. Em outras palavras, o sentido é o modo de apresentação do objeto e a referência, o objeto no mundo real.

Frege trabalhou também com as relações em linguagem natural e seus pontos fracos, já que muitos enunciados se referiam a objetos abstratos, como “Alice tomou chá com o coelho”, enunciado que desafia o valor-de-verdade, pois, intuitivamente, não se pode atribuir a propriedade da verdade a algo que não existe, no caso, *um coelho que toma chá*. Dessa forma, pode-se perceber que a Semântica, baseada na lógica, tem dificuldade em lidar com a flexibilidade de sentidos da linguagem natural. A tentativa de pôr rigor no estudo da

linguagem, como muitos lógicos queriam, parecia fragilizada. No entanto, se o exemplo acima for inserido em seu contexto de origem – na famosa história de Lewis Carroll – pode-se notar que o enunciado não é destituído de sentido. Frege então propõe que o sentido varia conforme o contexto na mesma língua; e é interessante mostrar que também em línguas diferentes há expressões diversas para o mesmo sentido. A essa definição ele denominou *princípio do contexto*.

Russell (1905) acredita que o fato de a linguagem poder significar coisas diversas para duas pessoas é o que garante a possibilidade de comunicação. O autor afirma que da estrutura lógica da linguagem se pode resgatar a sua estrutura metafísica. O significado de uma proposição seria analisado de forma abstrata, já que na linguagem natural há flexibilidade, sendo difícil utilizá-la de maneira mais rigorosa. Por isso, as linguagens reais *não* são logicamente perfeitas se devem servir aos propósitos da vida cotidiana.

Já Wittgenstein (1994 [1921]) propôs o resgate das propriedades do significado de uma proposição através de suas propriedades semânticas, ou seja, através da lógica e das condições-de-verdade⁵. Em seu *Tractatus lógico-philosophicus*, discorre sobre a essência da linguagem e do mundo, tentando estabelecer como um fato se relaciona com outro de modo a ser símbolo deste. A partir disso, propõe que o significado de uma sentença é decorrente do significado das palavras que a compõem. Considera o enunciado como uma imagem da realidade. Para esse filósofo, compreender um enunciado significava saber se ele é verdadeiro. Com esse pensamento, procura na forma lógica a essência da linguagem natural, identificando significado e condições-de-verdade de um enunciado. Portanto, um enunciado mostra seu sentido e é a expressão de suas condições-de-verdade – o sentido de um enunciado é, por conseguinte, a condição sob a qual ele é verdadeiro.

O *Tractatus* tinha por objetivo isolar as regras que se supunha regerem a estrutura lógica da linguagem. De acordo com Auroux (1998), essas regras agem no interior das línguas e lhes conferem uma capacidade de expressão indefinida, sem que por isso as pessoas sejam capazes de conhecê-las enquanto tais. Desse modo, a análise filosófica é suscetível a atingir somente essa ordem lógica ideal escondida na linguagem real.

Já em 1953, Wittgenstein assume um estudo do significado do enunciado visando a sua inserção pragmática na linguagem natural. Para tanto, o autor retoma o princípio do contexto de Frege ao lembrar que uma palavra só tem significado no contexto de um

⁵ Condições para que uma frase seja verdadeira ou falsa. Há relação entre os valores de verdade e de falsidade com o significado.

enunciado. Como se pode observar em *Investigações Filosóficas* (1953), Wittgenstein dá menos importância ao auxílio da lógica formal, assumindo que a linguagem, para fins de comunicação, não pode ser analisada livre de contexto. Passa, então, a criticar os limites da noção de verdade da lógica para a comunicação: o significado de uma palavra é a sua menção através da linguagem. Assim, Wittgenstein se preocupa em aprofundar os diferentes usos da linguagem e em desenvolver a ideia segundo a qual a linguagem está ligada a um contexto de ações, usos, instituições.

O significado de uma palavra é, portanto, a sua menção em dado contexto. Desse modo, um nome tem uma referência somente no contexto de um enunciado. A partir disso, Wittgenstein (1984 [1953]) elabora o conceito de “jogos de linguagem”: “um contexto de ações e palavras no qual uma expressão pode ter um significado”, ressaltando a importância do fator extralinguístico. Nenhum jogo de linguagem representa a essência da linguagem. É, na verdade, uma das suas várias práticas possíveis consideradas dentro de um contexto. O sentido ou significado só pode acontecer considerando o jogo de linguagem no seu conjunto e nas diferenças com outros jogos. Assim, esse filósofo procura mostrar a multiplicidade das palavras e dos enunciados ao inserirem-se em contextos diversos. De acordo com Gedrat (1993), Wittgenstein mostra que o contexto de uma expressão determina seu significado em cada uma de suas ocorrências. Embora semelhantes, as expressões linguísticas têm funções múltiplas e diferentes entre si. Penco (2006) aponta que o jogo de linguagem desempenha dois papéis: é um instrumento para o estudo da linguagem e é um dado do qual se pode partir; ou seja, pode-se falar da linguagem descrevendo as diferenças e semelhanças dos jogos de linguagem. Define-se, então, que o significado de uma palavra é a sua menção no contexto de um enunciado e, por conseguinte, no contexto de um jogo de linguagem. Dessa maneira, a expressão, a interpretação e a prática de uma regra estão no nível do agir social: a interpretação sozinha não basta, e compreender uma regra não quer dizer necessariamente segui-la corretamente. A linguagem e o conjunto dos jogos de linguagem são fenômenos governados por regras – não há, por isso, uma linguagem privada, individual. Se há linguagem, essa é um fenômeno público, constituída pelo acordo dos falantes nas suas práticas comunicativas.

Nomes como Strawson (1950), Grice (1975 [1957]; 1975), Austin (1962), Searle (1969) e Levinson (1983; 2000) desenvolveram a crítica às limitações da lógica a partir da Teoria dos Atos de Fala e a Teoria das Implicaturas. Esses conceitos ligaram significado e intencionalidade, o que reforçaria um estudo pragmático em detrimento do tratamento puramente lógico dado às proposições. O foco passaria a ser o enunciado e sua função

comunicativa dentro do contexto, posição antagônica às proposições abstratas livres de contexto. Para Strawson (1950), pode-se saber se a forma lógica de uma frase é verdadeira ou falsa dependendo da contextualização que se dá ao enunciado. Austin (1962) foi quem primeiro desenvolveu essa concepção ao perceber que a linguagem não serve só para descrever o mundo, mas para fazer promessas, perguntar, declarar, entre outros atos comunicativos.

A partir da proposta de Wittgenstein (1984 [1953]), Austin (1962) procurou estabelecer relações entre a função de certos enunciados e a linguagem enquanto ato comunicativo. Incomodava-o o caráter vago do apelo ao uso linguístico que estava em vigor em razão das *Investigações* de Wittgenstein. Austin queria classificar sistematicamente os usos linguísticos em vez de declarar que existem usos infinitos da linguagem. Segundo ele, há uma dimensão social ou interpessoal da linguagem: ela não é usada apenas para descrever o mundo, mas para perguntar, fazer promessas, pedir desculpas. Em outras palavras, há uma intenção, não apenas a descrição do mundo. Portanto, proferindo enunciados, executam-se ações com consequências exatas, como se observa nos exemplos:

1. “Você está demitido” – dito por um chefe a seu subordinado;
2. “É proibido fumar” – escrito num cartaz em um ambiente fechado.⁶

Atos executados através de enunciados são denominados por Austin (1962) de atos de fala, os quais possuem comumente rótulos como “desculpar-se”, “reclamar”, “cumprimentar”, “convidar”, “prometer” ou “pedir”. O que é dito em um enunciado pertence a um ato de fala particular. O fato de a linguagem não ser usada para descrever o mundo representou um ponto decisivo nos estudos sobre a linguagem e o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala. Austin demonstrou que a linguagem suporta diferentes menções, executando ações em vez de apenas dizer algo. Desse modo, não seria necessário falar sobre pensamentos e crenças transmitidos por meio de enunciados, mas falar sobre atos que os falantes executam ou sobre a força ilocucionária⁷ dos enunciados.

Searle (1969) afirma que as pessoas comunicam para dizer o que elas dizem, sendo compreendidas em alguns momentos. Elas fazem perguntas, prometem algo, agradecem, entre outros atos possíveis, e suas emissões são relatadas para o mundo. Em outras palavras, Searle acredita que o falante pretende que o ouvinte o entenda pela decodificação de seu enunciado.

⁶ Austin define esses enunciados como “enunciações performativas” porque com elas se executa certa ação. Estas se contrapõem às “enunciações constatativas”, que têm como função descrever um estado de coisas.

⁷ A força ilocucionária de um enunciado é a intenção por trás de um ato de fala.

Não se entrará aqui nas questões de explicitação da classificação dos atos de fala tal como Austin e Searle os definiram, visto que isso escapa ao objetivo deste texto. Além disso, segundo Penco (2006), Levinson sustentou que uma classificação pormenorizada dos atos linguísticos é uma empreitada pouco útil do ponto de vista linguístico, porque o tipo de força ilocucionária é muito dependente do contexto, como o mostram os atos linguísticos indiretos. Por isso, ele acredita que se podem considerar somente três atos linguísticos: *asserção*, *pergunta* e *ordem*, deixando para o contexto a tarefa de clarificar o significado das proposições.

Conforme exposto acima, os seres humanos usam a comunicação para propósitos específicos. Dessa forma, a língua serviria como uma ferramenta para a interação comunicativa. A partir desse momento, passou-se a valorizar o aspecto cognitivo da filosofia da linguagem na interpretação do significado do enunciado. O código perde seu *status* dentro da Pragmática e o raciocínio humano passa a ter preferência nos estudos da linguagem.

Note-se que Austin dedicou-se à convenção ao definir os atos linguísticos através da comunicação, mas deu importância também à intenção. Esse assunto ganha espaço nos trabalhos de Grice (1957, 1975), o qual percebe que o significado linguístico vem da intenção do falante. Segundo a Teoria das Implicaturas, desse autor, o significado se situa por trás do enunciado expresso, pretendido pelo falante ao comunicar algo ao seu ouvinte. Esse percebe a intenção de seu interlocutor, criando inferências e implicaturas a respeito do significado do falante a partir de evidências que ele apresenta mediante sua fala. Dedicar-se-á a próxima seção para tratar acerca da noção linguagem e inferências, posto que se acredita que o significado se constrói tanto pelas relações interdisciplinares quanto pela análise intradisciplinar desse objeto.

4. INFERÊNCIAS, CONTEXTO E COGNIÇÃO

Conforme explicitado anteriormente, teóricos da filosofia da linguagem percebem que a determinação do significado não acontece apenas por sua forma semântica, mas pela situação em que dado enunciado ocorre, e por isso passou-se a trabalhar com a noção de contexto, juntamente com o estudo do processamento cognitivo do enunciado. Nesse ínterim, Grice (1975 [1957]) propõe o modelo inferencial de comunicação, o qual dá conta do dito além do dito, ou seja, o que está implícito em uma dada mensagem.

Para Grice (1975), o comunicador tem que conseguir que o receptor reconheça a sua intenção em transmitir certo pensamento. Esse reconhecimento inferencial⁸ das intenções ocorre com certo risco: às vezes, o indivíduo infere uma interpretação que lhe parece a mais plausível, mas que não é a única possível. A comunicação inferencial é bem-sucedida quando o falante pretende que seus ouvintes reconheçam a intenção para informá-los sobre sua situação e os ouvintes, por sua vez, tentam reconhecer o que o falante pretende informar. A comunicação, conseqüentemente, não ocorre quando os ouvintes reconhecem o significado linguístico do enunciado, mas quando eles inferem o significado do falante através dele. Pode-se dizer, então, que o significado⁹ linguístico é proveniente da intenção do falante e dos processos mentais¹⁰.

No escopo do processamento da informação, adota-se a noção de inferência, baseada em Grice (1975), e a de formação de contexto, formalizada pela Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995). Para esses autores, o conceito de conhecimento mútuo é inadequado, e a noção de informação compartilhada é vaga. Essa hipótese impõe certeza quanto à reciprocidade de conhecimentos, mas essa não pode ser garantida. Mesmo vivenciando as mesmas situações e construindo representações mentais do mundo em que convivem, duas pessoas não formulam as mesmas representações devido à maneira como percebem os ambientes físicos através de suas habilidades cognitivas. Ainda que compartilhem o mesmo ambiente físico, o ambiente cognitivo de cada indivíduo provavelmente será diferente. Dessa forma, um fato é manifesto para um indivíduo num tempo dado se e somente se ele é capaz de representá-lo mentalmente e aceitar essa representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Portanto, para ser manifesto, um fato deve ser percebido e inferido por um indivíduo (SPERBER & WILSON, 1995).

A partir dessa concepção, o contexto é definido como o conjunto de premissas utilizado na interpretação de enunciados. É, por conseguinte, um construto psicológico, já que carrega informações mentalmente representadas, constituído de suposições do ouvinte sobre o mundo e que afeta a sua compreensão do enunciado. O contexto, então, não é fixado *a priori* e sua formação é aberta a escolhas, constituindo uma variável. Para Sperber & Wilson (1995), o contexto vai se formando enquanto novas informações se unem às antigas durante o ato

⁸ Para Sperber & Wilson (1995: 68), inferência é um processo cognitivo conceitual pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira, baseada na força da verdade ou provável verdade de outras suposições.

⁹ Penco (2006) aponta que o verbo *to mean* literalmente pode ser traduzido como significar, dar a entender, intencionar, pretender. Assim, *meaning* seria, ao mesmo tempo, *significado*, *sentido*, palavras que são usadas, neste texto, como sinônimas.

¹⁰ Esse ponto de vista parece opor-se ao de Frege (2002 [1892]), visto que ele afirma que “o sentido é algo de objetivo e não depende dos processos mentais com os quais os apreendemos”.

comunicativo. Em outras palavras, uma informação nova é processada naquilo que já se conhece, construindo-se um novo contexto. Há um conjunto de crenças compartilhadas, mas não se pode explicar um ato comunicativo partindo-se do fato de que há uma informação prévia, absoluta e certa a esse respeito para que esse ato seja entendido. Isso explicaria a formação e extensão do contexto de suposições e, dessa maneira, a construção das inferências interpretativas no processo de compreensão em comunicação.

Para Sperber & Wilson, a interpretação decorre da formação de premissas no processo inferencial para desencadear conclusões implicadas, das quais uma hipótese interpretativa é selecionada. Segundo Escandell-Vidal (1996), a inferência é um processo que cria uma suposição a partir de outras suposições, e por isso é de natureza dedutiva. No entanto, acredita-se que a compreensão de enunciados é gerada não apenas através do mecanismo dedutivo, o qual gera inferências dedutivas, mas também por inferências indutivas e abduativas, sobre as quais se dissertará na última parte deste texto.

5. O PAPEL DAS INFERÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Esta seção apresenta algumas considerações a respeito de inferências interpretativas possíveis, as quais têm papel essencial na significação. Para tanto, disserta-se sobre os três tipos de inferências que são parte do processo interpretativo, considerando-se, por fim, a hipótese de que essas não são parte de momentos distintos, mas ocorrem concomitantemente, a fim de construírem a melhor compreensão da mensagem na comunicação.

As inferências são objetos de interfaces, posto que elementos de áreas distintas são utilizados para explicar a compreensão das informações em trocas comunicativas cotidianas. Nesse sentido, trabalha-se com um processo lógico-linguístico-cognitivo, o qual ocorre dinamicamente na interpretação do significado. Assim, inferência é uma construção da cognição em meio às relações sociais dos indivíduos, a fim de dar significado aos objetos no mundo. O pensamento é, então, um processo de raciocínio, do qual faz parte a construção inferencial a respeito do que é dito. Assim, a partir do que alguém enuncia, constroem-se relações a respeito do que está por trás das palavras do falante. Como mencionado, essa afirmação faz parte dos estudos de Grice (1975), para o qual há uma lacuna entre o dito e o que as palavras do falante significam: ou seja, ao falar, os indivíduos fornecem algum tipo de pista para o real conteúdo de sua mensagem.

Há uma enorme quantidade de informação implícita em um diálogo, e é papel do ouvinte, durante a interação, despender esforços a fim de determinar, de maneira aproximada,

o que o falante quer expressar. Nesse ínterim, restam ainda algumas divagações sobre o dito que podem não fazer parte do – ou podem não caber no – cálculo mental realizado para se chegar à melhor interpretação. Contudo, mesmo não fazendo parte do raciocínio, elas podem existir, ficando estocadas no ambiente cognitivo para futuros cálculos inferenciais.

Explica-se a geração do processamento mental de informações através do envolvimento de pistas linguísticas fornecidas pelos indivíduos e pelo raciocínio lógico que organiza os argumentos-premissa para gerarem hipóteses-conclusão. Pensa-se que o pensamento inferencial é tomado como um processo triádico, por ser constituído de três manifestações: a dedutiva, a indutiva e a abdutiva. A seguir, traça-se cada um desses processos e a relação entre eles.

A inferência dedutiva, mais comumente citada, é estabelecida por regras gerais. De forma semelhante à lógica, tomam-se argumentos válidos (e/ou corretos), passando-se de premissas para uma conclusão, a qual gera a inferência propriamente dita. Por tomar emprestada a forma lógica, esse é um processo inferencial obrigatório, no qual as premissas são sempre aceitas. Sua necessidade decorre do fato de a conclusão já estar contida nas premissas:

Todos os homens são mortais
Sócrates é homem.
Sócrates é mortal

Por esse motivo, acredita-se que as inferências dedutivas sejam perfeitas. Contudo, essas não acrescentam nenhuma informação nova às informações já sabidas pelo indivíduo. Na interface com a Linguística, em um nível pragmático, de onde são inseridas as informações contextuais, a inferência pode ser cancelável:

Se João estuda na PUC, terá aula de Semântica hoje
João estuda na PUC.
João terá aula de Semântica hoje -----> No entanto, a aula de Semântica
foi transferida (conclusão
cancelada por um fato)

Nas inferências dedutivas, de um conjunto determinado de premissas verdadeiras só se pode obter uma conclusão verdadeira. Numa dedução típica, encontra-se um raciocínio completamente válido com uma conclusão válida também.

Para Johnson-Laird & Byrne (1991), o fundamental no raciocínio é que a conclusão não contenha mais informação semântica que as constituintes das premissas das quais ela surgiu. A conclusão resulta de uma simplificação da informação e essa não repete uma informação que se apresenta explicitamente em alguma das premissas. Esse tipo de conclusão, no raciocínio dedutivo, sempre será considerado correto. Os estágios da inferência dedutiva são¹¹:

- 1 – Entender o significado das premissas;
- 2 – Formular uma conclusão válida;
- 3 – Avaliar a conclusão para testar a sua validade.

Pelo fato de a conclusão já estar contida nas premissas, os resultados desse tipo de inferência nunca aumentam as informações semânticas que estão contidas nas premissas.

Como já mencionado, o raciocínio dedutivo é construído por meio de regras, similares às da lógica clássica, das quais de premissas semanticamente verdadeiras se chega a uma conclusão também verdadeira. A dedução funcionaria, então, da seguinte forma:

<i>Linguagem natural</i>	<i>Lógica</i>
P1 - Se João for à casa de Maria, ela ficará feliz.	$P \rightarrow Q$
P2 - João vai à casa de Maria _____.	P _____.
C - Maria fica feliz.	Q

Aplicadas à linguagem natural, essa inferência pode deixar de ser necessária, tornando-se cancelável:

- Maria ficaria feliz, no entanto está brava com João.

As inferências dedutivas trazem certeza à conclusão, visto ela já estar contida nas premissas que se inserem no cálculo. Por esse motivo, elas nada acrescentam: nenhuma informação nova é introduzida. Em comparação com esse raciocínio, no qual as regras são

¹¹ Disponível: <http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/deductiv.htm>. Acesso em: 22/05/2009.

obrigatórias, a propriedade de cancelabilidade está relacionada às inferências pragmáticas, as quais envolvem as informações contextuais. Essas são também chamadas de *inferências indutivas*, as quais serão descritas a seguir.

Pode-se representar a indução por um exemplo dado por Restrepo (2006) a respeito do fato de o sol aparecer a cada dia. Qualquer indivíduo dotado da capacidade de ver observa que o sol emite seus raios por pelo menos 12 horas ao dia. Esse fato tem ocorrido por milhares de anos, o que dá o direito de o indivíduo pensar que amanhã o sol aparecerá novamente. Nesse exemplo, há, ao mesmo tempo, inferências dedutivas e indutivas. A primeira ocorre porque a conclusão de que o sol vai surgir hoje decorre de premissas logicamente verdadeiras:

Se o sol aparece todos os dias, ele deve aparecer hoje
Hoje é um novo dia.
O sol aparece hoje.

No entanto, em um cálculo dedutivo, não se provêm informações além das contidas nas premissas iniciais. Por isso, a conclusão de que “o sol aparece hoje” não se encaixaria num raciocínio dedutivo e parece ser uma condição indutiva. Seguindo esse pensamento, as inferências dedutivas estariam reservadas para os casos em que há um conjunto de conhecimentos em que um fecho semântico bem definido pode operar com cem por cento de certeza. Nos casos em que há um processamento indutivo, não há um fecho de conteúdo semântico e, portanto, não há certeza absoluta. Sempre haverá uma margem de probabilidade na informação e, assim, nas conclusões também. Desse modo, as inferências indutivas sempre têm uma possibilidade de erro – são, pois, *inferências pragmáticas*.

Portanto, as inferências indutivas não têm caráter de regra, necessidade ou de demonstração e, por isso, não é tão precisa quanto a dedução. Trata-se de inferências racionais, nas quais as crenças são sustentadas através de expectativas fortes ou fracas. Por não ser obrigatória, a indução funciona por meio de expectativas probabilísticas, como no caso em que ocorrem generalizações por meio da cultura de massa:

- Todos os políticos são corruptos.

O raciocínio indutivo (normalmente denominado *raciocínio cotidiano*) apresenta uma condição alternada. Esse tipo de raciocínio inverte as propriedades exibidas pelo raciocínio dedutivo. O processo de pensamento indutivo sacrifica a veracidade da conclusão a fim de obter maior informação. Assim, nunca se poderá alcançar uma certeza completa nas

conclusões. No máximo, se poderá gerar uma *hipótese* cuja validade só poderá ser justificada a partir da experimentação ou da investigação direta e metódica. Por isso, a indução pode ser definida como qualquer processo de pensamento que contribui com uma conclusão que incrementa a informação semântica contida em suas observações ou premissas iniciais (JOHNSON-LAIRD, 1993). É, em poucas palavras, um processo de generalização da informação semântica.

Esse é um tipo de raciocínio que se liga diretamente à maneira como a cognição humana trabalha: pela associação. Esse processo mental trabalha a partir de conteúdos informais de caráter semântico que supostamente estão na mente. Dessa forma operam a memória, a percepção, o pensamento e o raciocínio. Nesse sentido, quando se lê a palavra *felicidade*, há possibilidades múltiplas de associação, mas não variadas. Isso quer dizer que esse sentimento estará restrito a um repertório semântico que envolve uma categoria especial: emoção positiva. Pode-se pensar em *alegria*, *surpresa*, *excitação*, *gratidão*, entre outras, podendo-se até associar a momentos em que tal sentimento ocorreu na vida do indivíduo. Qualquer pessoa associa o conteúdo semântico de *felicidade* a algo positivo, ou seja, dentro dessa categoria de emoção positiva. Faz-se uma rede semântica que se desdobra na mente de maneira particular através da sua experiência no mundo.

Assim, pode-se notar que os processos perceptivos funcionam da mesma maneira, provavelmente por estarem associados a processos mnemônicos. Por operarem de maneira associativa, o pensamento e os raciocínios subjacentes estão intrinsecamente relacionados ao conteúdo provido pela memória. Dessa maneira, quando se discute sobre emoções relacionadas à morte, faz-se uma espécie de escaneamento a respeito de tudo aquilo que se conhece sobre o assunto e, de acordo com esse levantamento, o indivíduo tem condições de formar uma rede semântica a respeito do assunto. De acordo com a experiência relacionada ao assunto, o indivíduo será capaz de construir uma teia de relações semânticas. Na cultura ocidental, por exemplo, as emoções relacionadas à morte são referidas como negativas, o que traça a *provável* teia de sentido: MORTE [depressão; melancolia; tristeza; abatimento; saudade; tensão; desalento; prostração; (...)]. Contudo, em algumas culturas, como a mexicana, a morte é vista como uma divindade, para a qual é promovida uma festa a cada dia 2 de novembro. Nesse caso, a rede conceitual pode até ser construída pelas relações acima representadas, mas certamente estão relacionadas emoções que envolvem uma nova rede, com outros conceitos-chave, o que sustenta a hipótese de que o sentido para os objetos no mundo é construído também por associação às experiências culturais vivenciadas, ou seja, pela formação e extensão de contexto, como preconizam Sperber & Wilson (1995).

Nesse sentido, determinados conceitos podem ser estabelecidos, desde a infância, através de inferências indutivas, as quais passam a ser cruciais para quaisquer processos de construção de conceitos. Relacionados às experiências vividas pelos indivíduos em determinada cultura, pensa-se que há uma associação dos conceitos já formulados e estocados na memória, juntamente com as experiências cotidianas. A partir delas, o indivíduo associa as suas percepções em dado momento para então reconhecer, através de outros, que a nova interpretação inferencial ocorre de determinada maneira. Tal processo só é possível devido à característica geral de combinação, ou associação, própria da indução.

Tal como as inferências dedutivas, as indutivas possuem três estágios¹² básicos para sua formulação:

- 1 – Entender a observação ou a informação dada;
- 2 – Formar uma hipótese que pretende descrever a informação mencionada em relação ao conhecimento geral. A conclusão resultante vai além da informação inicial pela incorporação do conhecimento geral no resultado;
- 3 – Avaliar a validade da conclusão que foi alcançada.

Esse tipo de inferência produz conclusões que aumentam as informações semânticas relacionadas àquelas encontradas nas premissas iniciais. No entanto, não se pode ter certeza de que a conclusão é um resultado lógico das premissas, mas é possível atribuir uma probabilidade a cada conclusão.

De uma inferência indutiva forma-se uma conclusão, considerando eventos não observados, baseada na evidência dada por eventos observados. Nesse sentido, se um evento A é observado repetidamente seguido pelo evento B, toda vez que A ocorrer, pode-se prever, baseando-se em uma inferência indutiva, que esse será seguido por B. Da mesma forma, ao observar o evento B, pode-se inferir que A o precedeu¹³.

A indução, às vezes chamada de lógica indutiva, é o processo de raciocínio em que se acredita nas premissas de um argumento para dar suporte à conclusão, mas elas não a acarretam. Essa forma de raciocínio faz generalizações baseadas em casos individuais. Assim, parte-se de observações para formular uma conclusão geral:

¹² Disponível: <http://penta.ufrgs.br/edu/telelab/3/inductiv.htm>. Acesso em 22/05/2009.

¹³ Informação disponível em: http://www.sparknotes.com/phylosophy/dialogues/terms/term_16.html, acesso em 30/05/2009

O corvo X é negro.

Todos os corvos que eu vi são negros \Rightarrow Proposições gerais

Todos os corvos são negros

Essa conclusão será verdadeira até que se prove que existem corvos de outras cores.

As inferências indutivas podem ser fortes e fracas¹⁴. No primeiro caso, induz-se o universal pelo particular. Trata-se de um argumento no qual a verdade das premissas tornaria a verdade da conclusão provável, mas não definitiva. No segundo, a ligação entre as premissas e a conclusão indutiva é fraca, e há supergeneralização. Assim, se alguém diz “Os professores fazem parte de uma classe desunida” porque percebeu alguns exemplos que levaram a essa conclusão, isso significa que se está supergeneralizando uma dada característica. Para Hume, o raciocínio do dia a dia depende mais de padrões de experiência repetidos do que de argumentos válidos dedutivamente¹⁵. A inferência não se define somente como um processo ora dedutivo ora indutivo, mas pelo envolvimento de ambos os processos. Além desses, Peirce (1958) ainda propõe um terceiro momento constitutivo das inferências: a abdução, ou a “lógica da descoberta”¹⁶. Para ele, a abdução é um método de construção de uma previsão geral sem qualquer segurança de que essa ocorrerá, mesmo em caso especial ou por sua justificativa ser de que é a única esperança possível de regular a conduta racionalmente.

Em uma de suas conferências sobre o pragmatismo, Peirce (1958) mostra que a noção de indução é heterogênea, não compreendendo uma, mas duas espécies distintas de movimento: o da mente, através da qual se forma uma hipótese com base na experiência sensorial – abdução –, e o inverso, através do qual a hipótese se confirma ou não com referência ao sensorial.

Abdução é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que introduz uma ideia nova; já à indução cabe o papel de determinar um valor de probabilidade, e a dedução envolve as consequências necessárias para uma hipótese. A dedução prova o que algo deve ser; a indução mostra que algo na verdade é operável; a abdução sugere que algo deve ser. Sua única justificativa é que dessa sugestão a dedução pode delinear uma previsão que pode ser testada pela indução.

¹⁴ De acordo com http://en.wikipedia.org/wiki/Inductive_reasoning. Acesso em 22/05/2009

¹⁵ Sobre Hume, ver <http://www.luventicus.org/articulos/02A036/hume.html>, acesso em 30/05/2009.

¹⁶ Disponível: <http://home.kqnet.pt/id010313/html/8.html>, acesso em 22/05/2009.

O padrão relacionado à abdução é o que se segue¹⁷:

D é uma coleção de dados (fatos, observações)

H explica D (ou explicaria, se verdadeiro, D)

Nenhuma outra hipótese explicita D tão bem quanto H.

Portanto, H é provavelmente correta

De acordo com Sperber & Wilson (1995), no processamento inferencial de informações, as pessoas acabam fazendo abduções por tentarem levantar hipóteses sobre o que o outro quer dizer. Em outras palavras, os indivíduos envolvidos na comunicação tentam adivinhar o que o outro diz, como uma hipótese para a melhor explicação possível. Para Peirce, esse tipo de inferência é operacional, ou seja, uma base hipotética de onde se parte para construir uma tese.

Peirce (1958) introduziu a abdução na lógica moderna para dar sentido à menção da regra conhecida para explicar uma observação, como: “se chove, a grama está molhada”, que é uma regra usada para explicar por que a grama está molhada. Nesse caso, se a grama está molhada, a explicação mais provável é que choveu recentemente. O termo foi usado mais tarde para designar a criação de novas regras para explicar novas observações, enfatizando que a abdução é o único processo lógico que realmente cria algo novo, ou seja, que traz um conhecimento novo.

Em ciências sociais e na inteligência artificial, o significado mais antigo é utilizado. No entanto, Peirce (1958) afirma que o processo real de gerar uma nova regra não é dificultado por regras lógicas. Na verdade, os seres humanos têm uma habilidade inata para inferir corretamente (PIWEK, 2007).

Acredita-se que a compreensão em comunicação acontece devido a uma combinação entre dedução, indução e abdução. Parte-se da hipótese, aqui, de que não é possível somente seguir regras lógicas na construção do pensamento inferencial. Os indivíduos utilizam um raciocínio que vai além de premissas necessárias para conclusões extraídas desse conjunto; a lógica cotidiana leva em conta muito mais. Entende-se que muitas vezes o cálculo mental pode conter conclusões que podem ser canceláveis no decorrer da interação. Como o contexto conversacional ocorre pela união das informações estocadas no ambiente cognitivo do indivíduo e do *input* recebido a partir de seu parceiro na comunicação, muitas vezes a

¹⁷ Disponível: <http://www.cse.ohio-state.edu/lair/Projects/Abduction/abduction.html>. Acesso em: 22/05/2009

mensagem que o outro quer transmitir pode ser distorcida em razão das informações já conhecidas por ele. Por prever qual a mensagem transmitida, o cálculo mental pode fazer uso de informações extras que se unem às premissas que já estariam, *a priori*, dentro do cálculo dedutivo para formar assim uma inferência pragmática, ou indutiva. Além disso, durante as trocas comunicativas, os participantes estão sempre tentando descobrir o que seu interlocutor quer dizer; para isso, são levantadas algumas hipóteses que poderiam explicar a forma como o diálogo ocorre. Trata-se, portanto, de inferências abduativas para a melhor explicação. De acordo com a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1995), os indivíduos estão sempre procurando por relevância nas suas relações, o que sustenta a hipótese de que eles estariam, a todo o momento, tentando explicar, de forma hipotetizada, as prováveis premissas dentro do contexto conversacional.

As inferências são trabalhadas, na maioria dos textos, de forma separada, como se fossem momentos distintos da comunicação. Contudo, analisando-se diálogos cotidianos, nota-se que esse não é o caso: tais processos são construídos concomitantemente, de acordo com o decorrer do diálogo. Pensa-se, então, que a inferência dedutiva e suas regras seriam bases para os dois outros tipos de inferência, como no exemplo criado para ilustrar esse processo:

- Fala da esposa para o marido, que pede o que ela quer ganhar de presente em seu aniversário: “Querido, não quero que você gaste muito dinheiro no meu presente de aniversário. Ter você como marido é tudo o que eu preciso. Eu mesma vou comprar meu presente de aniversário, como você sugeriu antes. Vou pegar meu velho Uno Mille na garagem e vou até o shopping. Se o pobre carro não falhar novamente, eu volto logo.”

Nesse caso, o marido poderia construir um cálculo mental que segue regras dedutivas, as quais não são necessárias, por estar permeado de inferências pragmáticas (indutivas), além de construir hipóteses que poderiam explicar a reação da esposa¹⁸:

PD₁ – Minha esposa diz que não quer que eu gaste muito dinheiro.

PD₂ – Ela diz que gosta de me ter como marido.

PI₁ – Ela está sendo irônica.

¹⁸ Abreviaturas: *P* – premissa; *C* – Conclusão; *D* – Dedutiva; *I* – Indutiva; *A* – abduativa.

- PD₃ – Eu não comprei seu presente ainda.
CD – Ela vai comprar seu próprio presente.
CA – Provavelmente ela está chateada por eu fazer essa pergunta.
CA – Ela também está chateada por eu ter sugerido que ela comprasse seu próprio presente.

A partir da mesma fala, o marido pode construir mais inferências:

- PD₅ – O Uno Mille que ela possui vai levá-la para o shopping.
PD₆ – O Uno Mille pode falhar.
PD₇ – O Uno Mille já falhou outras vezes. [inferência advinda do ambiente cognitivo do indivíduo e do *input* linguístico “novamente”.]
PI₂ – Minha mulher está depreciando o carro.
CA – Minha esposa queria um carro novo de presente.

- CA – Minha mulher está decepcionada por eu ainda não ter trocado o seu carro e, por isso, é irônica quanto à minha pergunta sobre o que ela gostaria de ganhar.

Certamente, podem ocorrer diversas outras premissas para esse raciocínio, mas essas são suficientes para demonstrar de que forma os três tipos de inferências estão envolvidos no processo de interpretação de enunciados. As conclusões CA são hipóteses, para o marido, que melhor explicariam a fala da esposa. Essas inferências são as que o marido possivelmente levantaria. Mas ele pode *querer* entender a fala da mulher – depende do quanto o seu casamento estará em risco se ele não as compreender.

Através desse exemplo, foi possível demonstrar como os três tipos de inferências trabalham em conjunto na formação de hipóteses para a melhor interpretação possível. Trata-se de um processo complexo que, no entanto, é realizado naturalmente pela cognição. Isso porque a capacidade de compreensão humana não parte somente daquilo que é dito, mas pela união desse *input* linguístico com as informações estocadas no ambiente cognitivo de cada indivíduo, as quais geram um contexto para tal compreensão. Cabe salientar que o processo inferencial não garante a certeza de uma interpretação correta, mas da melhor possível. A garantia de que essa busca pelo significado ocorra de maneira coerente é a perspectiva de uma análise por meio de interfaces, da qual se retiram os conceitos necessários para a evolução dos processos semântico-pragmático e linguístico-filosófico-cognitivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processamento inferencial em comunicação só é possível se pensado a partir do ponto de vista compartilhado por diferentes áreas. Além disso, para se chegar à (melhor) interpretação, não se pode perder de vista que a construção de premissas e de conclusões leva em conta o significado em Linguagem Natural. Como apontado neste texto, uma análise desse objeto é mais bem visualizada através da intradisciplinaridade entre Semântica e Pragmática, visto essas áreas tratarem de aspectos do dito e do implicado e, conseqüentemente, da construção inata de inferências pelos indivíduos. Como a primeira disciplina trata do significado no seu aspecto mais básico e formal, cabe considerar a segunda como uma alternativa para os significados mais maleáveis em comunicação, somente explicados se observados fatores como contexto, variações culturais de significado, significado do falante, significado do ouvinte, entre outros. Tendo um caráter ao mesmo tempo formal e social, atenta-se para o fato de que ambas são mutuamente necessárias para se entender a construção do significado e, com isso, explorar a formação de inferências, as quais são compreendidas aqui como um processo triádico. Dessa forma, inferências dedutivas, indutivas e abduativas co-ocorrem para constituir contexto – pela união das informações estocadas no ambiente cognitivo mais os *inputs* externos – e, assim, levar ao significado do falante.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. Linguagem, V. 9. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
2. AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
3. AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
4. BAR-HILLEL, Yehoshua. Expressões indiciais. In: DASCAL, Marcelo (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. V. 4. Campinas, 1982.
5. CAMPOS, Jorge. The science of language: communication, cognition and computation. Inter/Intradisciplinary relations. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (orgs.). *Innovation and interdisciplinarity in the university*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 345-376.

6. COSTA, Jorge Campos da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância: a lógica não-trivial da linguagem natural*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1984.
7. CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Coimbra: A. Amado, 1978.
8. ESCANDELL-VIDALL, M. V.. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel, 1996.
9. FREGE, G. *Investigações lógicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002 [1892]. [Tradução de Paulo Alcoforado].
10. GAZDAR, Gerald. *Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic Press, 1979.
11. GEDRAT, Dóris C. *A relevância da relevância na inferência não-trivial e na significação*. Dissertação de Mestrado (Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.
12. GRICE, H. P. Meaning. In: STEINBERG, Danny; JAKOBOVITS, Leon. *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975 [1957], p. 52-65.
13. GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, Peter and MORGAN, Jerry. *Syntax and semantics*. V.3, Academic Press, 1975, p. 41-58.
14. ILARI, R. Semântica e Pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 9, n. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2000 [1997].
15. JOHNSON-LAIRD, P. N. *Human and machine thinking*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1993.
16. JOHNSON-LAIRD, P. N.; BYRNE, R. M. J. *Deduction*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1991.
17. KEMPSON, Ruth. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
18. LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
19. LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA.: The MIT Press, 2000.
20. MONTAGUE, R. The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English. In: THOMASON, R. (ed.) *Formal Philosophy: selected papers of Richard Montague*. New Heaven: Yale University Press, 1974.
21. MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 2. ed. (Série didática: Semântica, V. 1). Florianópolis: Insular, 2000.

22. PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers*. Ed. by Charles Hartshorne, Paul Weiss, and Arthur W. Burks. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1931-1935, 1958.
23. PENCO, Carlo. *Introdução à filosofia da linguagem*. [tradução de Ephraim F. Alves]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
24. PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Aspectos de uma teoria formal do significado nas línguas naturais. In: FELTES, H. P. M. (org.). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
25. PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel. A semântica, a pragmática e seus mistérios. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. Ano 5, n. 8, março de 2007.
26. PIWEK, Paul. Meaning and dialogue coherence: a proof-theoretic investigation. In: *Journal of Logic, Language and Information*. Agosto de 2007. Disponível: http://semanticsarchive.net/Archive/Dg4ZmQ0M/piwek_jolli_2007.pdf. Acesso em 20/05/2009.
27. RESTREPO, Jorge Emiro. Inferencias inductivas y deductivas: una revisión desde la lógica clásica, la teoría de conjuntos y la cognición humana. In: *A Parte Rei – Revista de Filosofia*, nº 45, Mayo de 2006. Disponível: <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/restrepo45.pdf>, acesso em 30/05/2009.
28. RUSSELL, Bertrand. On denoting. *Mind*, 14, p. 479 – 493, 1905.
29. SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
30. SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
31. STALNAKER, Robert. *Context and content: essays on intentionality in speech and thought*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
32. STRAWSON, P. F. On referring. *Mind*, 59, p. 340 – 344, 1950.
33. WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994 [1921].
34. WITTGENSTEIN, L.. *Investigações filosóficas*. Vol. Wittgenstein. 3. ed. São Paulo: Abril, 1984 [1953].
35. YULE, George. *Pragmatics*. Oxford University Press, 1996.

RESUMO: Este ensaio trata da importância de se analisar a construção do significado nas interações comunicativas cotidianas com base na noção de inferência. Para tanto, considera-se que esse objeto de estudo mereça uma interpretação sob a perspectiva de uma interface entre as disciplinas de Semântica e de Pragmática, as quais oferecem base para uma compreensão proposicional e contextual. Assim, discute-se sobre o papel dessa interface na busca pelo sentido, além de se abordar o processamento inferencial da informação, o qual é considerado, ao mesmo tempo, dedutivo, indutivo e abdutivo.

PALAVRAS-CHAVE: interface; semântica; pragmática; inferências; contexto.

ABSTRACT: This essay refers to the importance of analyzing the construction of meaning in daily communicative interactions, based on the notion of inference. Hence, meaning is interpreted in the semantic-pragmatic interface, supporting the understanding process which is, at the same time, propositional and contextual. The role of this perspective is considered in the search for meaning, beyond talking about inferential processing of information, which is a triad, formed by deduction, induction and abduction.

KEY-WORDS: interface; semantics; pragmatics; inferences; context.

Recebido no dia 05 de junho de 2009.

Artigo aceito para publicação no dia 30 de julho de 2009.